



RCPG — Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público

2º/2025 — Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Pesca e Aquicultura (União)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



2º Trimestre/2025



MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA

ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

RIVETLA EDIPO ARAUJO CRUZ

SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

MARCELA ASFORA LIRA

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO

COORDENADOR DE CONTABILIDADE E CONFORMIDADE ANALÍTICA E FINANCEIRA

JOSÉ MARIA MAGALHÃES DIAS

Arte:

Coordenação-Geral de Gestão Institucional

Coordenação de Comunicação Social (imprensa@mpa.gov.br)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

RESOLUÇÃO/CCAF/MPA Nº 02, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Aprova o Relatório Contábil de Propósito da Entidade do Setor Público – 2º Trimestre de 2025 – Notas Explicativas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

A Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica e Financeira - CCAF, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFIC, da Subsecretaria de Gestão e Administração - SGA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, de acordo com o Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que alterou o Art. 12-A, inciso I-C, do Decreto nº 11.624, de 01 de agosto de 2023, o qual dispôs que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal, resolve:

Art. 1º **APROVAR** o texto final do **Relatório Contábil** contendo as **Notas Explicativas do 2º Trimestre de 2025 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA**, constante dos autos do processo 21000.032090/2023-72.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Gestão e Administração – SGA do MPA, para conhecimento e autorização, para as providências de publicação no sítio do MPA em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU.

JOSÉ MARIA MAGALHÃES DIAS

Coordenador de Contabilidade e Conformidade Analítica Financeira
CCAF/CGOFIC/SGA/SE/MPA

FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CGOFIC/SGA/SE/MPA

MARCELA ASFORA LIRA

Subsecretária de Gestão e Administração
SGA/SE/MPA

Sumário

1) Lista de Siglas	5
2) Contexto Operacional	6
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA	8
3.1) Lista de sistemas categoria Administrativo - MPA	8
4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura (30/06/2025)	9
4.1) Balanço Patrimonial (BP) - OFSS	9
4.2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	12
4.3) Balanço Orçamentário (BO)	14
4.4) Balanço Financeiro (BF)	16
4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	18
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	19
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	20
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	23
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa	23
5.5) Partes Relacionadas (MPA)	24
5.6) Criação de Unidades Gestão no Órgão (MPA)	34
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis em 30/06/2025	35
6.1) Notas ao Balanço Patrimonial	35
A – Ativo Circulante	35
B – Ativo Não Circulante	36
C – Passivo Circulante	36
D – Passivo Não Circulante	37
E – Patrimônio Líquido	37
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	38
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	39
Nota nº 003 – Provisões	40
Nota nº 004 – Imobilizado	40
Nota nº 005 – Intangível	42
Nota nº 006 – Investimentos	42
6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais	43
6.3) Notas ao Balanço Orçamentário	46
6.4) Notas ao Balanço Financeiro	49
6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	50
6.6) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
7) Referências	52
7.1) BIBLIOGRÁFICAS	52
7.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA Coordenação de Contabilidade/MPA	52

1) Lista de Siglas

AGU	Advocacia-Geral da União	NL	Nota de Lançamento
BB	Banco do Brasil	NS	Nota de Sistema
BCB	Banco Central do Brasil	OB	Ordem Bancária
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas	OGU	Orçamento Geral da União
BGU	Balanço Geral da União	PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	PF	Programação Financeira
BO	Balanço Orçamentário	PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
BP	Balanço Patrimonial	RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
CCAF	Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica Financeira / MPA	REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN	RGPS	Regime Geral de Previdência Social
CEF	Caixa Econômica Federal	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	RPP	Restos a Pagar Processados
CGU	Controladoria-Geral da União	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
CGTES	Coordenação-Geral de Tesouraria/STN	SE	Secretaria-Executiva
COSIS	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	SECEX	Secretaria de Controle Externo
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
DARF	Documento de Arrecadação Federal	SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
GF	Gestor Financeiro	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
GRU	Guia de Recolhimento da União	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
LOA	Lei Orçamentária Anual	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária	SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	TCE	Tomada de Contas Especial
ME	Ministério da Economia	TCU	Tribunal de Contas da União
MEP	Método da Equivalência Patrimonial	TG	Tesouro Gerencial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura	UG	Unidade Gestora
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público	UGE	Unidade Gestora Executora
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	UGR	Unidade Gestora Responsável
NE	Nota de Empenho	VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
		VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

2) Contexto Operacional

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11624.htm), alterado pelo Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Formulação e normatização da política nacional da aquicultura e da pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos;
- b) Políticas, iniciativas e estratégias de gestão participativa do uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- c) Organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- d) Estabelecimento de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e da aquicultura, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- e) Concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional:
 - 1) Pesca comercial, artesanal e industrial;
 - 2) Pesca de espécimes ornamentais;
 - 3) Pesca de subsistência; e
 - 4) Pesca amadora ou desportiva;
- f) Autorização de arrendamento e nacionalização de embarcações de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade;
- g) Implementação da política de concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- h) Fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, às permissões e às autorizações concedidas para a pesca e a aquicultura, para fins de registro automático no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- i) Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e ações, no âmbito de suas competências;
- j) Promoção e articulação intrasetorial e intersetorial necessária à execução de atividades aquícola e pesqueira;
- k) Elaboração e execução, diretamente ou na forma de parceria, de planos, de programas e de projetos de pesquisa aquícola e pesqueira e monitoramento de estoques de pesca;
- l) Realização, direta ou em parceria com instituições, organizações ou entidades, da estatística pesqueira;
- m) Promoção da modernização e da implantação de infraestrutura e de sistemas de apoio à produção pesqueira ou aquícola e ao beneficiamento e à comercialização do pescado, inclusive quanto à difusão de tecnologia, à extensão aquícola e pesqueira e à capacitação;
- n) Administração de terminais pesqueiros públicos, de forma direta ou indireta;
- o) Instituição e auditoria do programa de controle sanitário das embarcações de pesca, exceto de barcos fábrica;
- p) Subsídio, assessoramento e participação, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura; e
- q) Celebração de contratos administrativos, convênios, contratos de repasse, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, no âmbito de suas competências.

Para a consecução de seus objetivos, o MPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias e 27 Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados e no Distrito Federal.

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Nacional de Aquicultura;
- b) Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
- c) Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva e
- d) Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura

O Órgão colegiado do Ministério é o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE.

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA

3.1) Lista de sistemas categoria Administrativo - MPA

PesqBrasil – Módulo de Mapa de Bordo

PesqBrasil – RGP Pescador e Pescadora Profissional

RGP – Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SINAU – Sistema Nacional de Águas da União

SISRGP 4.0 – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISRGP – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SisRGP – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira de Tainha

SSADP – Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura (30/06/2025)

4.1) Balanço Patrimonial (BP) – OFSS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - BALANÇO PATRIMONIAL - 2º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO				
	ESPECIFICAÇÃO		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		NE	193,12	161,13
Caixa e Equivalentes de Caixa		A) Notas ao BP-AC	15,11	12,95
Créditos a Curto Prazo			178,00	148,18
Demais Créditos e Valores			178,00	148,18
Demais Créditos e Valores			178,00	148,18
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			-	-
Estoques			-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		B) Notas ao BP-ANC	557,00	562,26
Ativo Realizável a Longo Prazo			5,95	5,95
Créditos a Longo Prazo			5,95	5,95
Demais Créditos e Valores			5,95	5,95
Demais Créditos e Valores			5,95	5,95
Estoques			-	-
Investimentos		Nota nº 006	-	-
Participações Permanentes			-	-
Propriedades para Investimento			-	-
Propriedades para Investimento			-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-
Demais Investimentos Permanentes			-	-
Demais Investimentos Permanentes			-	-
Imobilizado		Nota nº 004	551,04	556,32
Bens Móveis			25,51	12,77
Bens Móveis			26,86	13,23
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			-1,35	-0,46
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-	-
Bens Imóveis			525,53	543,54
Bens Imóveis			527,41	545,42
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			-1,88	-1,88
Intangível		Nota nº 005	0,01	-
Softwares			0,01	-
Softwares			0,01	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-
Direitos de Uso de Imóveis			-	-
Direitos de Uso de Imóveis			-	-
Patrimônio Cultural			-	-
Patrimônio Cultural			-	-
Diferido			-	-
TOTAL DO ATIVO			750,11	723,39

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	NE	21,36	15,00
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	C) Notas ao BP-PC	8,28	3,03
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	Nota nº 001	0,18	1,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		3,50	1,81
Provisões a Curto Prazo	Nota nº 003	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		9,40	8,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	D) Notas ao BP-PNC	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		21,36	15,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio Social e Capital Social	E-Notas ao BP-PL	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		5,61	5,61
Resultados Acumulados		723,15	702,79
Resultado do Exercício		20,10	504,65
Resultados de Exercícios Anteriores		702,79	198,41
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,26	-0,27
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		728,76	708,40
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		750,11	723,39

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO FINANCEIRO	15,11	12,95	PASSIVO FINANCEIRO	114,98	118,90
ATIVO PERMANENTE	735,00	710,44	PASSIVO PERMANENTE	2,12	0,20
			SALDO PATRIMONIAL	633,01	604,30

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5,21	5,21	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - NOTA nº 002	248,47	288,67
Atos Potenciais Ativos	5,21	5,21	Atos Potenciais Passivos	248,47	288,67
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,21	0,21	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	5,00	5,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	230,23	260,88
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais-Nota nº	18,23	27,79
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	5,21	5,21	TOTAL	248,47	288,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-81,59
Recursos Vinculados	-18,28
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-0,01
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-19,56
Fundos, Órgãos e Programas	1,30
TOTAL	-99,87

4.2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	30/06/2025	31/12/2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	374,58	291,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12,70	11,06
Impostos	-	-
Taxas	12,70	11,06
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,38	0,65
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,38	0,65
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	310,54	232,39
Transferências Intragovernamentais	250,24	189,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	60,30	43,35
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	47,85	46,66
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	47,64	46,66
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,21	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3,11	0,34
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3,11	0,34

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	354,48	232,73
Pessoal e Encargos	27,25	15,01
Remuneração a Pessoal	20,98	11,79
Encargos Patronais	3,58	1,52
Benefícios a Pessoal	2,69	1,70
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,33	0,11
Aposentadorias e Reformas	0,21	0,06
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,12	0,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13,94	1,99
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	13,17	1,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,77	0,13
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	226,23	211,72
Transferências Intragovernamentais	199,34	191,29
Transferências Intergovernamentais	26,67	20,41
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,22	0,01
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	86,03	3,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	86,03	3,65
Tributárias	0,02	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,02	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,68	0,25
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	0,03
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,68	0,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20,10	58,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

4.3) Balanço Orçamentário (BO)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	19,25	19,25	8,90	-10,34
Receitas Tributárias	19,25	19,25	8,89	-10,36
Impostos	-	-	-	-
Taxas	19,25	19,25	8,89	-10,36
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	0,01	0,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	0,01	0,01
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	19,25	19,25	8,90	-10,34
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19,25	19,25	8,90	-10,34
DEFICIT			53,54	53,54
TOTAL	19,25	19,25	62,45	43,20
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	13,15	-	-13,15
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	13,15	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	245,81	258,96	62,44	38,58	31,62	196,52
Pessoal e Encargos Sociais	27,93	40,99	33,07	21,64	15,75	7,92
Outras Despesas Correntes	217,88	217,97	29,38	16,94	15,87	188,59
DESPESAS DE CAPITAL	27,46	27,46	0,01	-	-	27,45
Investimentos	27,46	27,46	0,01	-	-	27,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	273,27	286,42	62,45	38,58	31,62	223,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	273,27	286,42	62,45	38,58	31,62	223,97
TOTAL	273,27	286,42	62,45	38,58	31,62	223,97

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10,84	18,27	8,24	8,23	0,50	20,38
Pessoal e Encargos Sociais	0,89	0,48	0,06	0,06	-	1,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9,95	17,79	8,17	8,17	0,50	19,07
DESPESAS DE CAPITAL	30,96	44,03	22,43	18,91	1,06	55,02
Investimentos	30,96	44,03	22,43	18,91	1,06	55,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41,80	62,30	30,67	27,14	1,56	75,40

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8,04	3,52	2,81	0,01	8,74
Pessoal e Encargos Sociais	0,50	2,48	1,78	-	1,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7,54	1,04	1,04	0,01	7,54
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,24	3,24	-	-
Investimentos	-	3,24	3,24	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8,04	6,75	6,05	0,01	8,74

4.4) Balanço Financeiro (BF)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	
Receitas Orçamentárias	8,90	7,87	
Ordinárias	-	-	
Vinculadas	8,90	7,87	
Fundos, Órgãos e Programas	8,90	7,87	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas	250,24	189,04	
Resultantes da Execução Orçamentária	108,31	65,31	
Cota Recebida	64,54	39,77	
Sub-repasse Recebido	43,77	25,54	
Independentes da Execução Orçamentária	141,94	123,73	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	91,45	106,97	
Demais Transferências Recebidas	49,47	16,70	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1,02	0,06	
Recebimentos Extraorçamentários	38,18	39,56	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6,96	3,57	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23,87	31,61	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,07	0,19	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7,28	4,18	
Arrecadação de Outra Unidade	7,28	4,18	
Saldo do Exercício Anterior	12,95	42,23	
Caixa e Equivalentes de Caixa	12,95	42,23	
TOTAL	310,29	278,69	
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	
Despesas Orçamentárias	62,45	48,55	
Ordinárias	62,30	48,55	
Vinculadas	0,15	-	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,15		
Transferências Financeiras Concedidas	199,34	191,29	
Resultantes da Execução Orçamentária	62,48	64,33	
Repasse Concedido	18,71	11,96	
Sub-repasse Concedido	43,77	25,54	
Cota Devolvida		26,84	
Independentes da Execução Orçamentária	136,86	126,96	
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	68,42	80,25	
Demais Transferências Concedidas	52,25	34,76	
Movimento de Saldos Patrimoniais	16,19	11,94	
Pagamentos Extraorçamentários	33,39	23,44	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6,05	3,67	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27,14	19,70	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,07	0,04	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,13	0,04	
Demais Pagamentos	0,13	0,04	
Saldo para o Exercício Seguinte	15,11	15,41	
Caixa e Equivalentes de Caixa	15,11	15,41	
TOTAL	310,29	278,69	

4.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2º TRIMESTRE/2025
VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	De- mais Reser- vas	Resulta- dos Acumula- dos	Ajustes de Avali- ação Patrimo- nial	Ações/Co- tas em Tesoura- ria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	-	186,05	-	-	186,05
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	17,97	-0,27	-	-	17,70
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-12,36	12,36	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	504,65	-	-	504,65
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	5,61	702,79	-	-	708,40

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	De- mais Reser- vas	Resulta- dos Acumula- dos	Ajustes de Avali- ação Patrimo- nial	Ações/Co- tas em Tesoura- ria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	5,61	702,79	-	-	708,40
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	0,21	-	-	0,21
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	0,05	-	-	0,05
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	20,10	-	-	20,10
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	5,61	723,15	-	-	728,76

4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	30/06/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5,25	-26,46
INGRESSOS	266,50	201,28
Receita Tributária	8,89	7,74
Receita Patrimonial	0,01	0,02
Receita de Serviços	-	0,10
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	257,60	193,41
Ingressos Extraorçamentários	0,07	0,19
Transferências Financeiras Recebidas	250,24	189,04
Arrecadação de Outra Unidade	7,28	4,18
DESEMBOLSOS	-261,25	-227,74
Pessoal e Demais Despesas	-34,40	-14,18
Administração	-0,78	-
Previdência Social	-0,15	-0,01
Agricultura	-33,48	-14,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-27,31	-22,19
Intergovernamentais	-16,64	-2,06
A Estados e/ou Distrito Federal	-5,98	-1,80
A Municípios	-10,66	-0,26
Intragovernamentais	-2,82	-1,13
Outras Transferências Concedidas	-7,85	-19,00
Outros Desembolsos Operacionais	-199,53	-191,37
Dispêndios Extraorçamentários	-0,07	-0,04
Transferências Financeiras Concedidas	-199,34	-191,29
Demais Pagamentos	-0,13	-0,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3,09	-0,36
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3,09	-0,36
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3,09	-0,36
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2,16	-26,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12,95	42,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15,11	15,41

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Pesca e Aquicultura.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do MPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MPA, órgão que faz parte da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores são mensurados e avaliados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4) Estoques

Os estoques do MPA compreendem apenas os materiais de uso e consumo. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; e (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

5.2.6) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.7) Depreciação, Amortização ou Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.8) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de quartos utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.9) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.10) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.11) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

i. **Resultado patrimonial** - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais, na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

ii. **Resultado orçamentário** - O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

iii. **Resultado financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis neste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

O Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

A Portaria/MGI nº 43, de 31/01/2023, publicada em 01/02/2023, veio normatizar o compartilhamento em arranjos colaborativos entre os Ministérios decorrentes das medidas transitórias da MP nº 1154, de 1º/01/2023 - convertida na Lei nº 14.600 de 19/06/2023 - dentre outros, a parte contábil, em que o MAPA fica sendo o Ministério Provedor, conforme Art. 5º da Portaria.

Para a execução da Conformidade Contábil do MPA tornou-se necessário que a STN pudesse autorizar o acesso da Equipe Contábil do MAPA à UG Setorial Contábil do MPA, o que respalda este exercício contábil em Órgão diferente do Órgão originário em níveis contábeis.

Com a publicação do O Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, ficou estabelecido, em seu Art. 12-A, inciso I-C, que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal.

5.5) Partes Relacionadas (MPA)

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 10ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada àquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas:

- a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e
- b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 9ª edição.

Sobre este ponto, o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, na qualidade de ministério provedor, tem atuado junto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA no sentido de orientar e auxiliar o MPA na identificação de informações sobre suas Partes Relacionadas, alinhado ao que dispõe a NBC TSP 22 e demais normas vigentes.

Por meio do processo 21000.067380/2023-37, o MPA identificou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e o Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, configura-se como PARTE RELACIONADA devido à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros ser articulada com o referido órgão.

No que diz respeito a participação de representantes do MPA em Conselhos, Comitês, Associações ou outras Entidades, segue:

DEMONSTRATIVO DAS PARTES RELACIONADAS INFORMADO PELAS SECRETARIAS DO MPA

Processo SEI: 21000.067380/2023-37 - Documento SEI: 44007349

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA		
PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Conselho CAISAN	André Carlos Alves de Paula Filho	
Conselho SUFRAMA-CAS	André Carlos Alves de Paula Filho	

Processo SEI: 21000.067380/2023-37 - Documento SEI: 44268438

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL - SNPA/MPA	
Conselhos, Comitês, Associações, Entidades	Pontos Focais
Comissão de Elaboração e Avaliação do Edital e chamamento público para seleção de integrantes do Banco Técnico- Científico	Sandy Evelin Rodrigues Lima (Titular)
GT PPA/Orçamento	Cristiano Quaresma de Paula
Grupo de Trabalho (GT) Tainha	Adayse Bossolani da Guarda
Grupo de Trabalho (GT) de Working Group Mored Fish Aggregating Device (MFADs) (Western Central Atlantic Fishery Commission - WECAFC)	Adayse Bossolani da Guarda
Grupo de Trabalho (gt) Drafting Group Wecafo	Adayse Bossolani da Guarda
Grupo de Trabalho (gt) Strategy Ad Hoc Working Group (agreement On Port State Measures - Psma	Adayse Bossolani da Guarda
Grupo de Trabalho (gt) Part 6 Working Group	Adayse Bossolani da Guarda
Sub-committee On Fisheries Management - Cofi. Sfmt. Fao	Cristiano Quaresma de Paula
GT Yanomami	Bruna Gonçalves Costa (suplente)
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá	Bruna Gonçalves Costa (titular)
Fórum Nacional da Pesca Artesanal	Suana Medeiros Silva e Rafael Fernandes Carneiro
Sistema de Informações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios na Amazônia Legal (SISPPCDAm)	Bruna Gonçalves Costa (titular)
Oficinas de Estudos Temáticos - Estratégia Brasil 2050	Bruna Gonçalves Costa (suplente)
Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon	Bruna Gonçalves Costa (titular)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Suana Medeiros Silva (titular)
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Suana Medeiros Silva (titular)
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)	Suana Medeiros Silva (titular)
Grupo da Terra	Suana Medeiros Silva (titular)
Gt de Educação de Jovens e Adultos do Campo, das águas, das Florestas	Suana Medeiros Silva (titular)
Comissão Interministerial de prevenção a conflitos no campo e na cidade	Suana Medeiros Silva (titular)
Comitê Gestor de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígena - PNEGATI	Suana Medeiros Silva (titular)
Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência.	Suana Medeiros Silva (suplente)
Grupo Técnico de Trabalho com a finalidade de revisar a Lei nº 11.959	Suana Medeiros Silva (suplente)
Caderno de Respostas à pauta de reivindicações da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ	Suana Medeiros Silva (suplente)
Comitê Permanente de Diversidade, Equidade e Inclusão no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Suana Medeiros Silva (titular)
GT Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal - GT Mulheres	Suana Medeiros Silva (suplente)
Conselho Nacional de Política Indigenista	Suana Medeiros Silva (suplente)
Acordo Cooperação Técnica -ACT - que visa estabelecer um regime de mútua cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Governo do Estado de Rondônia	Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Titular)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG Centro-Sul	Cristiano Quaresma de Paula (Titular) Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Suplente)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG Nordeste	Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Suplente)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG Norte	Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Suplente)
Comitê Permanente de Gestão de Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG Lagosta	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Grupo Técnico de Trabalho - GT Tainha	Adayse Bossolani da Guarda (Suplente)

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL - SNPA/MPA

Conselhos, Comitês, Associações, Entidades	Pontos Focais
GT Adaptação (Plano Clima)	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
GT Mitigação (Plano Clima)	Adayse Bossolani da Guarda (Suplente)
Comitê Interministerial de Mudança do Clima, coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
CGT PREPS	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Grupo de Trabalho (GT) Legislação da Pesca Artesanal	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comissão Internacional para a Conservação do Atum e afins do Atlântico (ICCAT)	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
3ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos UNOC3	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
GT Conferência das Partes (COP30) da ConvençãoQuadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Consultivo do Programa de Cooperação SulSul Brasil-FAO	Cristiano Quaresma de Paula (Titular)
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Cristiano Quaresma de Paula (Titular)
Grupo de Apoio Técnico – GAT, do Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e nas Lagoas Costeiras	Cristiano Quaresma de Paula (Titular) Bianca Larissa Mesquita (Suplente)
Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron)	Cristiano Quaresma de Paula (Suplente)
Comitê Executivo Promoção de Mentalidade Marítima - PROMAR (MB/SECIRM)	Brenda Ramos Uliano (Titular)
Comitê Executivo Planejamento Espacial Marinho - PEM (MB/SECIRM)	Brenda Ramos Uliano (Titular)
Subgrupo do Planejamento Espacial Marinho - PEM (MB/SECIRM)	Rafaela Maria Serra de Brito
GT para Revisar a 1159	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquariofilia – CPG Ornamentais	Brenda Ramos Uliano
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE	Cristiano Quaresma de Paula (Titular)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFINS	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Grupo de Trabalho (GT) da Tainha	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS NORTE/NORDESTE	Adayse Bossolani da Guarda (Titular)
Bioinvasão Causada pelo Peixe-leão (pterois Spp) no Litoral Brasileiro (coordenação do Ibama)	Sandy Evelin Rodrigues Lima
Grupo de Trabalho GT/MPA/Mariana	Sandy Evelin Rodrigues Lima
Grupo e Assessoramento Técnico (GAT) - PAN Toninhas	Brenda Ramos Uliano
Gestão Compartilhada no Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros	Cristiano Quaresma de Paula
Grupo de Trabalho da Gestão da Corvina	Adayse Bossolani da Guarda
ACT Rondônia	Bianca Larissa de Mesquita Sousa
ACT Ministério da Cultura	Bruna Gonçalves Costa
ACT Ministério Público do Trabalho (MPT)	Bruna Gonçalves Costa
Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência.	Suana Medeiros Silva (suplente)
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Sandy Evelin Rodrigues Lima
Comitê Gestor de Dados Abertos (cgda)	Sandy Evelin Rodrigues Lima
GT Adaptação (plano Clima)	Adayse Bossolani da Guarda
GT PREPS	Adayse Bossolani da Guarda
Comitê Consultivo do Programa de Cooperação Sul-sul Brasil-FAO	Cristiano Quaresma de Paula
Grupo de Coordenação para Atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Adayse Bossolani da Guarda
CPG Bacias do Centro-sul	Cristiano Quaresma de Paula

DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÕES (DIPI)	
Conselhos, Comitês, Associações, Entidades	Pontos Focais
GT Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal - GT Mulheres	Ornela Fortes de Melo
Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	Raniere Cristina Silva Sabará (Suplente)
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)	Diogo Martins Nunes
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Quêner Chaves dos Santos (Suplente)
Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, Associativismo e empreendimentos solidários da agricultura familiar	Quêner Chaves dos Santos
Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	Quêner Chaves dos Santos
Plano Nacional de Abastecimento Alimentar	Quêner Chaves dos Santos
Comitê Gestor da Política Nacional de Abastecimento Alimentar	Quêner Chaves dos Santos (Suplente)
Comitê Permanente de ATER no CONDRAF	Quêner Chaves dos Santos
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Ornela Fortes de Melo
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)	Quêner Chaves dos Santos
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Diogo Martins Nunes
Grupo da Terra	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Suplente)
Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA	Millena Ayla da Mata Dias (Suplente)
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Permanentes (CPs) - CP 3 - Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável	Diogo Martins Nunes
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Permanentes (CPs) - CP4 - Direito Humano à Alimentação Adequada	Diogo Martins Nunes
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Permanentes (CPs) - CP 7 - Povos e Comunidades Tradicionais	Ornela Fortes de Melo
GT Brasil Sem Fome	Quêner Chaves dos Santos
GT Yanomami	Quêner Chaves dos Santos
GT PPA/Orçamento	Diogo Martins Nunes (Suplente)
GT para Revisar a Lei nº 11.959	Diogo Martins Nunes (Suplente)
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Quêner Chaves dos Santos
Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Quêner Chaves dos Santos
Qualificação profissional em parceria com o Ministério da Educação	Diogo Martins Nunes
Conselho Nacional de Política Indigenista	Quêner Chaves dos Santos
GT de Educação de Jovens e Adultos do Campo, das águas, das Florestas	Millena Ayla Dias
Grupo de Trabalho Ministerial (GTM) - G20	Diogo Martins Nunes
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	Raniere Cristina Silva Sabará (Suplente)
Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência.	Ornela Fortes de Melo
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)	Quêner Chaves dos Santos
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Quêner Chaves dos Santos (Suplente)
Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Quêner Chaves dos Santos (Suplente)
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura - CPAD-MPA	Millena Ayla Dias
Fórum Nacional de Economia Circular em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sob a perspectiva do Decreto n.º 12.082	Quêner Chaves dos Santos (Suplente)
Conselho de Administração da ANATER	Ornela Fortes de Melo (Suplente)

DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÕES (DIPI)

Conselhos, Comitês, Associações, Entidades	Pontos Focais
Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	Millena Ayla Dias (Suplente)
Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável	Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Comitê Gestor do Programa Selo Amazônia	Gabriel Vieira (suplente)
GT Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	Quener Chaves dos Santos (Suplente)
Comitê Gestor do Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar – Coopera Mais Brasil.	Quener Chaves dos Santos (Suplente)
Comitê Permanente de Diversidade, Equidade e Inclusão no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Millena Ayla Dias (Suplente)
Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (PNDR).	Diogo Martins Nunes
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI/Condraf	Quener Chaves dos Santos (Suplente)
Comitê-Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CE-CREDEN).	Marina Puzzili
Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	Ornela Fortes de Melo (Suplente)
Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Amazônia Azul	Marina Puzzili (Suplente)
NU. Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)	Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Titular) Adayse Bossolani da Guarda (Suplente)
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).	Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e indicação para substituição dos membros nas comissões temáticas do CONSEA.	Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU	Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá	Eliane Souza Alves
Cartilha de Fomento - Linhas de Crédito para Pesca e Aquicultura 24/25	Quener Chaves dos Santos
Workshop sobre Prevenção a Perdas e Desperdício de Alimentos, alinhado ao MACS-G20 que acontecerá de 22 a 24 de outubro de 2024,	Quener Chaves dos Santos
Seminário Regional Virtual: "Mudanças no Esquema de Certificação de Captura da UE conforme a Regulamentação IUU"	Quener Chaves dos Santos
Apoio a Estudo sobre Cooperativas Agrícolas	Quener Chaves dos Santos
Acordo Cooperação Técnica -ACT - cordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Itaipu Binacional	Quener Chaves dos Santos
3ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos UNOC3	Diogo Martins Nunes (Suplente)
Caderno de Respostas à pauta de reivindicações da Coordenação Nacional de Arculação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ	Millena Ayla Dias (Suplente)
Oficinas de Estudos Temáticos - Estratégia Brasil 2050	Quener Chaves dos Santos

SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA DA PESCA E AQUICULTURA – SERMOP		
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas - PROILHAS (MB/SECIRM)	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Comitê Executivo Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima - GOOS-Brasil (MB/DHN)	Titular Jonas Eloi de Vasconcelos Filho Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura Suplente Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	jonas.eloi@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br
Comitê Executivo Desenvolvimento e Aproveitamento Sustentável da Amazônia Azul - PRO AMAZÔNIA AZUL (MB/SECIRM)	Suplente Rafaela Passarone Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura	rafaela.passarone@mpa.gov.br
Grupo Técnico "PIB do Mar" (MPO)	Titular Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Titular Delian de Oliveira Coordenadora Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa Suplente Fernando Viana dos Santos Servidor - Concursado Coordenação Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	delian.silva@mpa.gov.br fernando.viana@mpa.gov.br
Subcomissão Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Titular Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura	elielma.borcem@mpa.gov.br
Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	Titular Inalide Correria de Almeida Coordenadora-Geral de Registro da Pesca e Aquicultura Suplente Thiago Dutra Ribeiro Analista Técnico Coordenação Geral de Registro da Pesca e Aquicultura	inalide.almeida@mpa.gov.br thiago.dutra@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho: Repactuação Mariana	Titular Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura Suplente Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	elielma.borcem@mpa.gov.br alex.lira@mpa.gov.br
Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico (GT Ártico), no âmbito da Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)	Titular Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura Suplente Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br
Grupo Técnico Gestor do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS	Titular Rafaela Passarone Suplente Ynês Alves de Araujo	rafaela.passarone@mpa.gov.br ynes.araujo@mpa.gov.br
Ponto Focal: Contato Nacional (NCP) (Acordo de Medidas e Estado de Porto) da FAO	Titular Vitor Luis Pontes Matos Chefe de Divisão	vitor.matos@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho: Cooperação técnica internacional no âmbito do PCT BRA/IICA/23/003	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura Suplente Rafaela Passarone Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br rafaela.passarone@mpa.gov.br
Comitê: Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Grupo de Apoio Técnico: Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras.	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Ponto Focal: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho: Tainha	Titular Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico - ICCAT	Titular Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br

Continuação....		
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA DA PESCA E AQUICULTURA – SERMOP		
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Grupo de Trabalho: ICCAT (Inspeção em alto-mar para navios pesqueiros de atum)	Titular Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho: Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado.	Titular Alex Souza Lira Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura Suplente Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br catarina.melo@mpa.gov.br
Conselho de Conservação do Arquipélago de São Pedro	Titular Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	julia.azevedo@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho Técnico: Pesca e Espécies Exóticas - DINARA (Brasil/Uruguai)	Titular Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	julia.azevedo@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho Interinstitucional para Taxonomia Sustentável Brasileira	Titular Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Comissão da Vizinhaça e Integração Brasil-Colômbia	Titular Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho do Plano Nacional para a inserção do Pescado	Titular Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho Lei Geral da Pesca nº 11.959/2009	Titular Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura Suplente Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	elielma.borcem@mpa.gov.br alex.lira@mpa.gov.br
Comissão Nacional de Classificação - CONCLA	Titular Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura Suplente Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br
Acordo internacional para Conservação de Albatrozes e Petreus - ACAP	Titular Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	julia.azevedo@mpa.gov.br
Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO	Titular Elielma Ribeiro Borcem	elielma.borcem@mpa.gov.br
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO PONTO FOCAL ou CONVIDADO	
Comissão das Pescarias do Atlântico Centro-Oeste (WECAFC)	PONTO FOCAL: Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Comitê de Pesca da Organização para a Alimentação e Agricultura (COFI/FAO)	PONTO FOCAL: Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste – CPG Nordeste	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia – CPG Norte	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste - CPG PELÁGICOS NORTE/NORDESTE	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquariofilia – CPG Ornamentais	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG LAGOSTA	Esta Secretaria participa como convidado	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFINS	Esta Secretaria participa como convidado	

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA INDUSTRIAL, AMADORA E ESPORTIVA – SNPI/MPA		
COLEGIADO E ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO PONTO FOCAL	
Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT)	Mariana Santos Lobato Martins	Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (AQUIPESCA)	Sandra Silvestre de Souza	
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Tubarões	Thamires Bride Ventura	Rafael Martins Pinheiro
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP)	Rafael Martins Pinheiro	
Comitê de Pesca da Organização para Alimentação e Agricultura (COFI/FAO)	Mariana Santos Lobato Martins	Thamires Bride Ventura
Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO)	Mariana Santos Lobato Martins	Geize dos Santos
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas – PROILHAS		Mariana Martins
Comitê Executivo “ODS 14 e a Década do Oceano”		Mariana Martins
Comissão de Pesca do Atlântico Centro-Ocidental (WECAFC)	Mariana Santos Lobato Martins	
Comissão de Monitoramento e Avaliação		Antonio Siqueira Assreuy
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE	Antonio Siqueira Assreuy	
Comitê Gestor de Dados Abertos	Antonio Siqueira Assreuy	
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura – CPAD-MPA	Kelly Marques de Carvalho	Manuela Moura Pires
GT de Conformidade – Comitê de Competitividade Conformidade e Qualidade da Indústria do Pescado	José Luís Ravagnani Vargas	Antonio Siqueira Assreuy
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Geize dos Santos	Giulliana Lemos
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	Sandra Silvestre de Souza	Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo Biotecnologia Marinha - BIOTECMARINHA (MCTI)		Mariana Santos Lobato Martins
Comitê Executivo Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar - PPG-Mar (MEC)		Mariana Santos Lobato Martins
Comitê Executivo Planejamento Espacial Marinho – PEM (MB/SECIRM)		Mariana Santos Lobato Martins
Comitê Executivo Promoção da Mentalidade Marítima – PROMAR (MB/SECIRM)		Rui Donizete Teixeira
GloLitter	Mariana Santos Lobato Martins	Geize dos Santos
GT Eólicas Offshore	Mariana Santos Lobato Martins	Thamires Bride Ventura
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção	Thamires Bride Ventura	Rafael Martins Pinheiro
Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites)	Mariana Santos Lobato Martins	Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - REVIMAR (MMA)		Mariana Santos Lobato Martins
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá	Lariessa Moura de Araujo Soares / Marcus Vinicius de Lira Nogueira	
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS	Caio Faro	Esther Mirian Cardoso Mesquita Esther Mirian Cardoso Mesquita
Comitê da Pesca Amadora e Esportiva	Sandra Silvestre de Souza	Lariessa Moura de Araújo Soares

SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA			
COLEGIADO	ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO TITULAR/ PONTO FOCAL	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira - CITSB	Ministério da Fazenda		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Grupo Técnico do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira	Ministério da Fazenda		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI / CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Conselho Nacional da Economia Solidária CNES - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI / CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Conselho Nacional da Economia Solidária CNES - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI / CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Conselho Nacional da Economia Solidária CNES - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Gestor e do Grupo Consultivo do PNAE	Ministério da Educação e da Cultura	Ursula Suellem Coutinho Barreto (Chefe da Divisão de Pesquisa para à Aquicultura - Ponto Focal)	
Comitê de Governança Multi-Institucional entre a Embrapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura	EMBRAPA		1º Suplente: Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Wanessa Moraes Nogueira Cabral (Coordenadora de Desenvolvimento e Inovação da Aquicultura)	
Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnico em Engenharia de Pesca)	
Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e/ou Comitê Executivo - Decreto nº 9.810/2019	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnico em Engenharia de Pesca)	
Comissão Temática do CONSEA: CP6 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura - Ponto Focal)	
Grupo de Trabalho Temático da CAISAN: Comissão de Compras Públicas da Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Camille D'arc Rodrigues Ferreira (Analista Técnico em Economia - Ponto Focal)	

SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA		
DEPARTAMENTO DE AQUICULTURA EM ÁGUAS DA UNIÃO		
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO	CONTATO
Organização Marítima Internacional	Titular: Felipe Wilhelm Peixoto Bodens Suplente: Carlos Eduardo do Nascimento Oliveira	felipe.bodens@mpa.gov.br carlos.donascimento@mpa.gov.br
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão,	Suplente: Maria Janaina Martins dos Santos	maria.janaina@mpa.gov.br
Conselho Nacional de Recursos Hídricos	2º Suplente: Felipe Bodens	felipe.bodens@mpa.gov.br
Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM.	Suplente: Juliana Lopes da Silva	juliana.lsilva@mpa.gov.br
Planejamento Espacial Marinho - PEM.	Suplente: Victor Hugo Barros Costa	victor.costa@mpa.gov.br
Aquipesca	Suplente: Felipe Wilhelm Peixoto Bodens	felipe.bodens@mpa.gov.br
Comitê Gestor de Dados Abertos (CGDA/MPA)	Titular: Victor Hugo Barros Costa	victor.costa@mpa.gov.br
13ª Sessão do Subcomitê de Aquicultura do Comitê de Pesca da FAO (Roma, 20-23/5/25).	José Claudio Sassi Junior	jose.sassi@mpa.gov.br
Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU.	Felipe Wilhelm Peixoto Bodens	felipe.bodens@mpa.gov.br

5.6) Criação de Unidades Gestão no Órgão (MPA)

São Unidades Gestoras do Ministério da Pesca e Aquicultura:

- ➔ 580001 COORD.DE CONTABILIDADE E CONFORMIDADE ANALÍTICA FINANCEIRA - CCAF - UG EXECUTORA
- ➔ 580002 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - UG EXECUTORA
- ➔ 580003 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - UG EXECUTORA
- ➔ 580004 SECRETARIA EXECUTIVA/MPA - UG CONTROLE
- ➔ 580005 SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA-SNA - UG CONTROLE
- ➔ 580006 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL-SNPA - UG CONTROLE
- ➔ 580007 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA INDUSTRIAL-SNPI - UG CONTROLE
- ➔ 580008 SECRET.NACIONAL DE REGISTRO, MONIT. E PESQ. - UG CONTROLE
- ➔ 580009 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS E DESEMPENHO - CGPD - UG EXECUTORA
- ➔ 580010 GABINETE DO MINISTRO/MPA - UG CONTROLE
- ➔ 580011 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AC - UG CONTROLE
- ➔ 580012 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AL - UG CONTROLE
- ➔ 580013 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AM - UG CONTROLE
- ➔ 580014 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AP - UG CONTROLE
- ➔ 580015 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/BA - UG CONTROLE
- ➔ 580016 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/CE - UG CONTROLE
- ➔ 580017 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/DF - UG CONTROLE
- ➔ 580018 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/ES - UG CONTROLE
- ➔ 580019 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/GO - UG CONTROLE
- ➔ 580020 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MA - UG CONTROLE
- ➔ 580021 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MG - UG CONTROLE
- ➔ 580022 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MS - UG CONTROLE
- ➔ 580023 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MT - UG CONTROLE
- ➔ 580024 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PA - UG CONTROLE
- ➔ 580025 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PB - UG CONTROLE
- ➔ 580026 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PE - UG CONTROLE
- ➔ 580027 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PI - UG CONTROLE
- ➔ 580028 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PR - UG CONTROLE
- ➔ 580029 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RJ - UG CONTROLE
- ➔ 580030 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RN - UG CONTROLE
- ➔ 580031 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RO - UG CONTROLE
- ➔ 580032 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RR - UG CONTROLE
- ➔ 580033 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RS - UG CONTROLE
- ➔ 580034 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SC - UG CONTROLE
- ➔ 580035 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SE - UG CONTROLE
- ➔ 580036 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SP - UG CONTROLE
- ➔ 580037 SUPERINT.FED.DA PESCA E AQUICULTURA/TO - UG CONTROLE

A Unidade Gestora 580009 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Desempenho – foi criada para o processamento da Folha de Pagamento, que foi iniciado em julho/2023.

As novas Unidades Gestoras foram abertas no primeiro trimestre de 2024 com o intuito de identificar os bens patrimoniais de cada uma das 27 unidades localizadas na Federação e para implementar a utilização do sistema REUSE.

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis em 30/06/2025

6.1) Notas ao Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais em observação ao item 4.3 do MCASP, 11ª Edição.

A – Ativo Circulante

R\$ Milhões				
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	193,12	161,13	19,85%	
Caixa e Equivalentes de Caixa	15,11	12,95	16,68%	7,82%
Créditos a Curto Prazo	178,00	148,18	20,12%	92,17%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	178,00	148,18	20,12%	92,17%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

O total do Ativo do 2º Trimestre/2025 perfaz o valor de R\$ 750,11 milhões de reais. Desse total 25,75% referem-se ao Ativo Circulante, o que equivale a R\$ 193,12 milhões de reais. Quando comparado ao resultado do último exercício, o ativo circulante apresentou um acréscimo no saldo de 25,75%, influenciado pelos créditos a curto prazo, oriundos dos Termos de Execução Descentralizada (TED's).

➤ Caixa e Equivalentes de Caixa:

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 15,11 milhões de reais representa apenas 7,82% do total do Ativo Circulante do MPA e refere-se a recursos, em moeda nacional, liberados pelo Tesouro.

➤ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

R\$ Milhões				
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	178,00	148,18	20,12%	
Adiantamentos Concedidos	2,84	0,86	230,23%	1,60%
Tributos a Recuperar/Compensar	-	-	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	-	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	175,16	147,32	18,90%	98,40%
Ajuste para P/Perda Demais Cred./Valor Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

Do total do Ativo Circulante do MPA, 90,70% refere-se a Demais Créditos e Valores a Curto Prazo que apresentou, neste trimestre, o saldo de **R\$ 175,16 milhões de reais**, sendo que, desse total, 100% referem-se a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED.

B – Ativo Não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	557,00	562,26	-0,94%	1,07%
Ativo Realizável a Longo Prazo	5,95	5,95	-	%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	551,04	556,32	-0,95%	0%
Intangível	0,01	-	0%	0%

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

Do total do Ativo, no valor de R\$ 750,11 milhões, o Ativo Não Circulante representa 74,26% e os valores mais significativos se concentram no grupo do Imobilizado, que apresentou um decréscimo de 0,95% com relação a dezembro de 2024.

➤ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5,95	5,95	%	%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5,95	5,95	%	%
Clientes, empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

O saldo de R\$ 5,95 milhões refere-se a créditos a receber de Tomadas de Contas Especiais -TCEs instauradas devido à falta de comprovação ou irregularidades na comprovação de instrumentos de transferência.

➤ O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 004 – Imobilizado](#).

C – Passivo Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	21,36	15,00	42,40%	100%
Demais Obrigações a Curto Prazo	9,40	8,60	9,30%	0,84%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,18	1,56	-88,46%	38,76%
Obrigações Trab., Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	8,28	3,03	173,27%	16,39%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	3,50	1,81	93,37%	0%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

O Passivo Circulante representa 100% de todo o Passível Exigível, no valor de **R\$ 21,36 milhões**. O saldo mais relevante, referente às Demais Obrigações a Curto Prazo, no montante de 9,03 milhões, representa 44,81% do total do Passivo. Ademais, ressalta-se que 59,62% das Demais Obrigações a Curto Prazo, correspondem a Subvenções a Pagar, que se trata de valores a pagar à Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS, em decorrência da Lei nº 9.445/97 que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

➤ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar](#).

D – Passivo Não Circulante

Como já mencionado, não consta saldo de Passivo Não Circulante.

E – Patrimônio Líquido

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	728,76	708,40	2,87%	
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	
Reservas de Capital	-	-	-	
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	
Reservas de Lucros	-	-	-	
Demais Reservas	5,61	5,61	0%	0,77%
Resultados Acumulados	723,15	702,79	2,90%	99,23%

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

O Resultado Acumulado é composto de:

R\$ Milhões	
Resultados Acumulados	723,15
Resultado do Exercício	20,10
Resultados de Exercícios Anteriores	702,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,26

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

Conciliação DMPL:

DMPL	R\$ Milhões	
	30/06/2025	31/12/2024
Reserva de Reavaliação – DEMAIS RESERVAS	5,61	5,61
Superávits ou Déficits – RESULTADOS ACUMULADOS	703,05	702,79
TOTAL	708,66	708,40

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 2º Trimestre de 2025, o MPA apresentou somente um saldo de R\$ 176.350,79 relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar, sendo 100% de curto prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	Valores Em R\$			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
<u>Circulante (Curto Prazo)</u>	176.350,79	1.556.593,51	-88,67%	
Nacionais	176.350,79	1.556.593,51	-88,67%	
Estrangeiros	-			-
<u>Não Circulante (Longo Prazo)</u>	-			-
Nacionais	-			-
Total	176.350,79	1.556.593,51	-88,67%	

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo, houve variação diminutiva de -88,67% em relação ao encerramento do exercício de 2024, devido à baixa dos saldos alongados, bem como transferência para a conta contábil de VALORES NÃO RECLAMADOS, em virtude do longo tempo de permanência na conta de Fornecedores, e após o encerramento deste exercício com a consequência baixa conforme legislação vigente.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	Valores em R\$	
	30/06/2025	AV%
AC SEGURANÇA LTDA.	172.698,10	97,93%
VIVER EVENTOS LTDA.	3.652,69	2,07%
Total	176.350,79	100%

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

A tabela acima elenca as obrigações do MPA– Órgão Superior em 30/06/2025.

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/06/2025, no órgão do MPA, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de R\$ 18,23 milhões, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 2º Trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Serviços	7,03	13,68	-48,62%	38,54%
Aluguéis	9,98	12,52	-20,28%	54,77%
Fornecimento de Bens	1,22	1,59	-23,18%	6,69%
Total	18,23	27,79	-34,39%	100%

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

A rubrica mais representativa é a de Aluguéis, que representa 54,77% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

CONTRATADOS	R\$ Milhões	
	30/06/2025	AV%
SOHESTE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LT	9,98	54,74%
SOLLO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	5,09	27,92%
DEMAIS EMPRESAS	3,16	17,33%
Total	18,23	100,00%

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

Acima estão listados todos os contratos na data-base de 30/06/2025. Os contratos com valores mais expressivos são o da Soheste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., referente ao contrato de locação do imóvel situado no Setor de Indústrias Gráficas, Sudoeste, Brasília/DF, o qual representa 54,74% de todas as obrigações do MPA. Por sua vez, o contrato de Apoio Administrativo da Empresa Sollo Construções e Serviços Ltda., representa 27,92% das obrigações contratuais do MPA.

Nota nº 003 – Provisões

Em 30 de junho de 2025 o **MPA** não apresentou saldo de Provisões.

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 2º Trimestre de 2025.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

R\$ Milhões				
COMPOSIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Bens Móveis	25,51	12,77	99,77%	4,63%
(+) Valor Bruto Contábil	26,86	13,23	103,02%	4,87-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1,35)	(0,46)	193,48%	(0,24)%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-
Bens Imóveis	525,53	543,54	-3,31%	95,37%
(+) Valor Bruto Contábil	527,41	545,42	-3,30%	95,71%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1,88)	(1,88)	0%	%
Total	551,04	556,32	-0,95%	100%

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

Em 30 de junho de 2025, a União por meio do MPA apresentou um saldo de R\$ 551,04 milhões líquidos de depreciação e amortização no Imobilizado.

Do total do Imobilizado bruto, 95,71% referem-se a Bens Imóveis e apenas 4,63% a Bens Móveis, conforme demonstrado na tabela acima.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2025 totalizavam R\$ 25,51 milhões líquidos, distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

R\$ Milhões				
COMPOSIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Móveis e Utensílios	8,76	8,11	7,89%	34,30%
Bens de Informática	4,33	3,39	27,43%	16,93%
Veículos	3,41	1,19	185,71%	13,33%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10,11	0,24	4.112,50%	39,63%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	0,25	0,26	-3,85%	0,98%
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	0,04	-100%	0%
Depreciação Acumulada – Bens Moveis	(1,35)	(0,46)	193,48%	-5,29%
Total	25,51	12,77	99,77%	100%

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025

O aumento no saldo de Bens de Informática deve-se, especialmente, ao recebimento de saldo contábil referente aos contratos 16/2023 (57 Desktop Ultracompacta) e 18/2023 (57 Monitores Extra) – processo 21000.088206/2023-28 (contratos geridos pelo MAPA sendo realizada apenas a descentralização orçamentária e financeira para o MPA) assim como vários outros bens de informática cedidos e transferidos pelo MAPA. O aumento no saldo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas deve-se à incorporação de bens doados pela Receita Federal ao Ministério da Pesca e Aquicultura conforme ato de destinação.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 30/06/2025, totalizavam R\$ 508,79 milhões, líquidos de depreciação/amortização, distribuídos conforme tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	R\$ Milhões	
			AH%	AV%
Bens Imóveis em Andamento	-	65,62	0%	0%
Bens de Uso Especial	523,10	475,34	10,05%	99,18%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	4,31	4,31	0%	0,82%
Instalações	-	0,15	0%	0%
Total Bruto	527,41	545,42	-3,30%	100%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1,88)	(1,88)	%	0%
Total	525,53	543,54	%	99,64%

Fonte: Balancete SIAFI - junho/2025



Bens Imóveis de Uso Especial

COMPOSIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024	R\$ Milhões	
			AH%	AV%
Terrenos, Glebas	32,42	22,27	45,58%	6,15%
Edifícios	8,18	8,18	0%	1,55%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,02	-	0%	0%
Fazendas, Parques e Reservas	0,17	0,17	0%	0%
Represas/Açudes	481,49	443,94	8,46%	91,29%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	5,13	0,78	557,69%	0,97%
Total	527,41	475,34	10,95%	100%

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

O quadro anterior detalha a disposição dos Bens Imóveis de Uso Especial.

A principal rubrica do grupo é REPRESAS/ACUDES, que representa 91,29% do total e aumentou 8,46% em relação a dezembro de 2024 devido a transferências realizadas por várias unidades gestoras do MAPA no SPIUNET conforme orientação do MGI.

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável. Em 30/06/2025, o MPA apresentou um saldo de R\$ 9.790,00 relacionados ao intangível. Não houve registro de amortização. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2025 e 2024.

COMPOSIÇÃO	Valores Em R\$			
	30/06/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Software com Vida Útil Definida	-	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	9.790,00	-	-	100%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	-
Softwares não localizados	-	-	-	-
Total	9.790,00	-	-	100%

Os Softwares com vida útil indefinida tiveram um acréscimo de R\$ 9.790,00 em relação a 2024, tendo em vista que tal conta não apresentava valores no exercício anterior.

Nota nº 006 – Investimentos

Não há investimentos no **MPA**.

6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

O resultado patrimonial apurado em 2025, foi negativo em R\$ 25,53 milhões conforme demonstrado na tabela a seguir retirada da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP:

R\$ Milhões			
VARIAÇÕES	30/06/2025	30/06/2024	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	374,58	291,09	28,68%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	354,48	232,73	52,31%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20,10	58,36	-65,56%

Fonte: DVP SiafiWeb 2025

6.2.1) Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical comparado com o 2º Trimestre/2024.

R\$ Milhões				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
COMPOSIÇÃO	30/06/2025	30/06/2024	AH (%)	AV (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12,70	11,06	14,83%	3,39%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,38	0,65	-41,57%	0,10%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	310,54	232,39	33,63%	82,90%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	47,85	46,66	2,55%	12,77%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3,11	0,34	814,71%	0,83%
TOTAL	374,58	291,09	28,68%	100,00%

Fonte: Siafi Web-2025

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No segundo trimestre de 2025, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 12,70 milhões, referente à taxa anual para manutenção da inscrição das embarcações nacionais ou estrangeiras que se dediquem à pesca; à taxa de manutenção da inscrição no registro geral da pesca das indústrias pesqueiras que exerçam suas atividades no território nacional; à taxa de concessão de licença para o exercício da pesca a amadores nacionais ou estrangeiros; à manutenção de um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca; à taxa de manutenção de um registro de aquicultores amadores e profissionais; e à taxa de comércio de animais aquáticos.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 0,38 milhões, teve decréscimo de 41,57% em comparação ao 2º Trimestre/2024.

As receitas que compõe esse grupo são as taxas de inscrição em concurso público e as provenientes da utilização de áreas de domínio da União por concessão, permissão, autorização ou cessão de uso de bem público, as quais, a critério do poder Executivo, poderão ser cedidas, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer regime previsto em lei.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência neste trimestre foi de R\$ 310,54 milhões, representando 82,90% das Variações Patrimoniais Recebidas e teve um aumento no mesmo período do exercício anterior de 33,63% devido às transferências recebidas visando atendimento das despesas dos Termos de Execução Descentralizada – TED

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou acréscimo de 2,55% em relação ao mesmo período do exercício anterior, bem como um saldo de R\$ 99,55 milhões relativo à liberação de recursos financeiro visando atender o Termo de Execução Descentralizada – TED.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, este grupo apresentou saldo de R\$ 3,11 milhões, que teve um aumento de 814,71% em relação ao mesmo período do exercício anterior, referente ao recebimento de receita decorrente da restituição ao Tesouro Nacional do saldo de recursos de convênios realizados.

6.2.2) Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
COMPOSIÇÃO	30/06/2025	30/06/2024	AH (%)	AV (%)
Pessoal e Encargos	27,25	15,01	80,34%	7,69%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,33	0,11	200,00%	0,09%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13,94	1,99	600,50%	3,93%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	226,23	211,72	6,85%	63,82%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	86,03	3,65	2.256,99%	24,27%
Tributárias	0,02	-	0%	0%
Custo-Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,68	0,25	172,00%	0,19%
TOTAL	354,48	232,73	52,31%	100,00%

Fonte: Siafi Web-2025

Pessoal e Encargos

No primeiro 2º Trimestre/2025, as despesas com remuneração de pessoal e os encargos totalizaram R\$ 27,25 milhões. Além disso, houve um acréscimo de 80,34% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro anterior, com destaque para as despesas com vencimentos e salários e com gratificações por exercício de cargos e de funções.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 0,33 milhões e teve aumento de 200% em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Isso se deve à contabilização das despesas para pagamento de auxílio extraordinário destinado aos pescadores profissionais beneficiados pelo seguro-defeso.

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Executadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta.

No 2º Trimestre/2025, o total de despesa foi de R\$ 13,94 milhões, tendo apresentado aumento de 600,50% em relação ao mesmo período de 2024, devido ao crescimento das despesas de diárias pagas aos servidores, serviços de apoio administrativos, locação de imóvel e depreciação de bens móveis.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 226,23 bilhões no 2º Trimestre/2025, o que representa 63,82% da Variação Patrimonial Diminutiva total. Além disso, o valor apresentado no trimestre aumentou 6,85% em relação ao apresentado no exercício de 2024.

Essas transferências são as liberações financeiras para atender pagamentos de restos a pagar, Termo de Fomento, auxílio aos pescadores e Termo de Execução Descentralizada - TED.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Esse grupo apresenta saldo no primeiro trimestre de R\$ 86,03 milhões, com crescimento de 2.256,99%, referente ao registro de comprovação de recursos transferidos por TED que estava registrado em adiantamento de TED no Ativo Circulante.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo apresenta saldo de R\$ 0,68 milhões, tendo apresentado aumento de 172,00% em comparação ao mesmo período de 2024. O aumento se deve à restituição de ressarcimento referente à despesa de IPTU e de energia elétrica.

6.3) Notas ao Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

Regime Orçamentário e critério de classificações adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2025 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em relação às receitas realizadas, pois a Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025, neste trimestre, ainda não foi sancionada pelo Presidente da República.

R\$ Milhões	
NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receita Realizada
RECEITAS CORRENTES	8,90
Receitas Tributárias	8,89
Receita Patrimonial	0,01
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receitas de Serviços	-
Transferências Correntes	-
Outras Receitas Correntes	-
RECEITAS DE CAPITAL	-
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	-
Amortização de Empréstimos	-
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
Total da Receita Realizada	8,90

Fonte: Balancete SIAFI – junho/2025

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

A Despesa fixada - Despesa Corrente - apresenta a dotação de R\$ 286,42 milhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 62,45 milhões, equivalente a 21,80% da dotação, conforme tabela de Execução da Despesa:

R\$ Milhões						
EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b – c)
MPA	273,27	286,42	62,45	38,58	31,62	223,97
TOTAL	273,27	286,42	62,45	38,58	31,62	223,97

Fonte: Balanço Orçamentário-junho/2025

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresentou, no segundo trimestre de 2025, o valor pago de R\$ 27,15 milhões, referente a 26,08% do total dos Restos a Pagar não Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10,84	18,27	8,24	8,23	0,50	20,38
Pessoal e Encargos Sociais	0,89	0,48	0,06	0,06	-	1,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9,95	17,79	8,17	8,17	0,50	19,07
DESPESAS DE CAPITAL	30,96	44,03	22,43	18,91	1,06	55,02
Investimentos	30,96	44,03	22,43	18,91	1,06	55,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41,80	62,30	30,67	27,14	1,56	75,40

FONTE: Balanço Orçamentário – junho/2025

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, foram pagos, aproximadamente R\$ 6,05 milhões, neste trimestre, do saldo dos Restos a Pagar Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8,04	3,52	2,81	0,01	8,74
Pessoal e Encargos Sociais	0,50	2,48	1,78	-	1,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7,54	1,04	1,04	0,01	7,54
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,24	3,24	-	-
Investimentos	-	3,24	3,24	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8,04	6,75	6,05	0,01	8,74

FONTE: Balanço Orçamentário – junho/2025

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No segundo trimestre de 2025, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 8,90 milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 62,45 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 53,54 milhões neste período.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
58000 – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	58000 – MPA	58101 – MPA

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas conforme tabela a seguir:

R\$ Milhões

TED'S RECEBIDAS PARA O MPA					TED'S CONCEDIDAS PELO MPA			
Órgão	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MPA	5,00	5,00	-	-	321,27	124,82	175,16	-
TOTAL	5,00	5,00	-	-	321,27	124,82	175,16	

FONTE: TG – junho/2025

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MPA	273,27	16,48	-	-	(3,33)	286,42
TOTAL	273,27	16,48	-	-	(3,33)	286,42

Fonte: Tesouro Gerencial junho/2025

R\$ Milhões

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO POR TIPO DE DESPESA					
Grupo Despesa		10	12	14	Total
		DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	
4	INVESTIMENTOS	-	-	-	-
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,09	-	-	0,09
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16,38	-	-	16,38
		16,48	-	-	16,48

Fonte: Tesouro Gerencial junho/2025

6.4) Notas ao Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise do Balanço Financeiro deste trimestre, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 8,95 milhões, detalhado na tabela seguinte:

Demonstração do Resultado Financeiro.

	R\$ Milhões			
	30/06/2025	30/06/2024	AH%	AV%
(+) Ingressos	310,29	278,69	11,34%	100%
Receitas Orçamentárias	8,90	7,87	13,09%	2,87%
Transferências Financeiras Recebidas	250,25	189,04	32,37%	80,65%
Recebimentos Extraorçamentários	38,19	39,56	-3,49%	12,30%
Saldo do Exercício Anterior	12,95	42,23	-69,33	4,17%
(-) Dispêndios	310,29	278,69	11,34%	100%
Despesas Orçamentárias	62,45	48,55	28,63%	20,13%
Transferências Financeiras Concedidas	199,34	191,29	4,22%	64,24%
Pagamentos Extraorçamentários	33,39	23,44	42,45%	10,76%
(=) Resultado Financeiro	15,11	15,41	-1,95%	4,87%

Fonte: Siafi Web 2025

Quando comparado com o Resultado Financeiro apurado no mesmo período de 2024, observa-se na tabela acima que teve um decréscimo no Resultado Financeiro de 1,95%.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento” deste órgão encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

	R\$ Milhões		
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025	30/06/2024	AH%
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	2,16	-26,82	-108,05%
Caixa e Equivalentes de Caixa	12,95	42,23	-69,33%
(=) Saldo para o Exercício Seguinte/Resultado Financeiro	15,11	15,41	-1,95%

Fonte: Siafi Web junho/2025

6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA apresentou um decréscimo no 2º Trimestre/2025, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício no valor de R\$ 20,10 milhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

R\$ Milhões			
DMPL	30/06/2025	31/12/2024	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	-
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
RESERVA DE LUCROS	-	-	-
DEMAIS RESERVAS	5,61	5,61	0%
RESULTADOS ACUMULADOS	723,15	702,79	2,90%
Resultado do Exercício	20,10	504,65	-96,02%
Resultado de Exercícios Anteriores	702,79	198,41	-2,82%
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,26	-0,27	-177,78%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	723,15	728,76	-0,77%

Fonte: DMPL / Balanço Patrimonial - junho/2025

6.6) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais e atividades de investimento em 2025 geraram um resultado superavitário do período no valor de R\$ 15,11 milhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

R\$ Milhões			
Detalhamento	30/06/2025	31/12/2024	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	5,25	-26,46	3.071%
Fluxo das Atividades de Investimento	-3,09	-0,36	-
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2,16	-26,82	%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	12,95	42,23	%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	15,11	15,41	%

Fonte: Siafi Web junho/2025.

R\$ Milhões	
Fluxo das Atividades Operacionais	30/06/2025
Ingressos	266,50
Desembolsos	-261,25
Resultado	5,25
Fluxo das Atividades de Investimento	30/06/2025
Ingressos	
Desembolsos	-3,09
Resultado	-3,09

Fonte: Siafi Web junho/2025.

7) Referências

7.1) BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade – 2013
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar – 2013
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência - 2013
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP – 2017
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial - 2020
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro – 2024
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário – 2020
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2020
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções – 2024
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis – 2018
- 13) IPC 13 – Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios (em revisão)
- 14) IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS – 2022
- 15) IPC 15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (em revisão)
- 16) IPC 16 – Benefícios Fiscais – 2020
- 17) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição - 2025
- 18) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2019
- 19) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição – Válido a partir de dez/2023
- 20) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 21) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

7.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA Coordenação de Contabilidade/MPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br > balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>